

# HISTÓRIA DO BRASIL PÓS-64

## Ciências Sociais



**HISTÓRIA DO BRASIL PÓS-64**  
**Ciências Sociais**

**Editores:** Mônica Cidele da Cruz  
Isaías Munis Batista  
Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira

**Capa:** Mandala “Diversidade Cultural”, da artista plástica Judite Malaquias

**Diagramação:** Layout Gráfica Digital - Cáceres/MT

**Revisão Ortográfica:** Gráfica e Editora Sanches Ltda

### **CONSELHO EDITORIAL**

Adailton Alves da Silva - UNEMAT  
Angel Corbera Mori - UNICAMP  
Antônio Malheiros - UNEMAT  
Eunice Dias de Paula - SEDUC/CIMI  
Jaime José Zitkoski – UFRGS  
João Severino Filho - UNEMAT  
Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira - UNEMAT  
Lúcia Helena Alvarez Leite - UFMG  
Lucimar Luísa Ferreira – UNEMAT  
Maria Aparecida Bergamaschi - UFRGS  
Maria Aparecida Rezende - UFMT  
Mônica Cidele da Cruz - UNEMAT  
Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira - UNEMAT

Online - e - Impresso

### **CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**

O48h Oliveira, Carlos Edinei de.  
História do Brasil Pós-64 / Carlos Edinei de Oliveira. –  
Curitiba: Feeling Propaganda, 2022.  
46. p. (Ciências Sociais).

ISBN 978-65-00-48075-7 .

1. História – Brasil. 2. História – Ditadura Militar.  
3. Indígenas – Brasil. I. Título.

CDU 94”1964-2023”(81)

## SUMÁRIO

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>UNIDADE 1</b>	
<b>A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA .....</b>	<b>7</b>
<b>UNIDADE 2</b>	
<b>O CAMINHO DA DEMOCRACIA .....</b>	<b>22</b>
<b>UNIDADE 3</b>	
<b>QUESTÕES INDÍGENAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO .....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>45</b>
<b>BIOGRAFIA DO AUTOR .....</b>	<b>46</b>

## FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

Prezado(a) acadêmico(a), gostaria que você se apresentasse preenchendo essa ficha de identificação.

Nome completo: \_\_\_\_\_

Povo: \_\_\_\_\_

Onde mora: \_\_\_\_\_

Telefone celular (WhatsApp): \_\_\_\_\_

E-Mail: \_\_\_\_\_

Insira a seguir uma fotografia individual sua:

## APRESENTAÇÃO

Prezado (a) acadêmico (a), apresento a você o Caderno Pedagógico Intercultural da disciplina de História do Brasil pós-64. Este é um material para aprendizagem e interação com os conteúdos do componente curricular e uma proposta de prática pedagógica que, como professor (a), você poderá realizar em sala de aula com seus alunos e alunas.

Neste componente curricular, a **História do Brasil pós-64**, serão apresentados temas da História do Brasil (1964 – 2022) como:

- 1. A ditadura civil-militar brasileira**
- 2. O caminho da democracia**
- 3. Questões indígenas no Brasil contemporâneo**

Você encontrará neste caderno textos e fontes históricas para leituras e análises, assim como, espaços para elaboração das atividades. Também apresentamos sugestões de vídeos que poderão ser assistidos no Youtube. Os vídeos auxiliarão na compreensão dos conteúdos e ampliação do seu repertório sobre o conhecimento da História do Brasil da contemporaneidade. Para uma melhor interpretação dos textos, é importante acompanhar a leitura com um dicionário de língua portuguesa.

Você estudou até agora parte da História do Brasil Colonial (1500 – 1822) e Imperial (1822 – 1889) e História do Brasil República (1889 a 1964). Vamos prosseguir estudando a República brasileira até o ano de 2022, momento atual.

## UNIDADE 1

### A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

A ditadura civil-militar brasileira foi instaurada em 1964, e se estendeu por 21 anos, período em que a presidência da República foi ocupada sucessivamente por generais do exército. Neste período, após o golpe dado pelos militares, os presidentes governavam por atos institucionais.

No dia 09 de abril de 1964, foi outorgado pela **Junta Militar**, que assumiu o poder após o golpe, o Ato Institucional n.1 (AI – 1). O **AI – 1** decretava:

realização de eleições indiretas para presidente da República num prazo de dois dias, a partir da publicação do ato e de eleições diretas em outubro de 1965;

fortalecimento dos poderes do presidente, que poderia apresentar emendas constitucionais ao Congresso e aprová-las por maioria simples, suspender temporariamente os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos, em nome de “interesses nacionais” e, decretar estado de sítio sem autorização do Congresso;

suspensão temporária de estabilidade dos funcionários públicos.

O presidente nomeado pelo Congresso foi o marechal Humberto de Alencar **Castelo Branco**, que ao assumir a presidência, disse que cumpriria as promessas realizadas pelos militares que seria eliminar a esquerda do poder e realizar eleições em 1965.

A “limpeza” começou com a ação dos militares, que agiram com liberdade, investigando, prendendo, torturando, em dependências oficiais, líderes políticos de esquerda, cujas maiores vítimas pertenciam ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), além de jornalistas, estudantes, intelectuais e quaisquer pessoas consideradas “subversivas”.

A economia brasileira durante o governo de Castelo Branco

foi marcada por aumento do preço dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas de petróleo e energia, provocando uma elevação no custo de vida do brasileiro. Houve um aumento dos impostos e redução dos salários do setor público e os salários dos setores privados dependiam da negociação entre patrões e empregados. Os movimentos sindicais estavam parcialmente controlados, pois seus principais líderes estavam presos.

O governo militar, em seus primeiros anos, teve sucesso no combate à inflação, porém, houve um elevado custo social. Em outubro de 1965, foi decretado o **AI – 2**, uma grande vitória da chamada linha dura. O AI – 2 previa o fortalecimento do poder executivo, inclusive, dando ao presidente o poder de decretar o recesso do Congresso Nacional, assembleias estaduais e câmaras de vereadores. As eleições para presidente da República passaram a ser indiretas, ou seja, realizadas pelo Congresso Nacional, os partidos políticos foram extintos, sendo criados apenas a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O primeiro era formado por políticos que apoiavam o governo militar, enquanto o segundo correspondia a uma oposição consentida.

Em fevereiro de 1966, foi decretado o **AI – 3** – que estendia as eleições indiretas para os governadores de estado e para prefeitos de municípios, considerados de “segurança nacional”, incluindo as capitais de estados. O Congresso Nacional foi fechado e reaberto pelo **AI -4** de 1967 para aprovar uma nova Constituição para o Brasil.

No início de 1967, o marechal Artur da **Costa e Silva** foi escolhido presidente da República, representando a linha dura do regime ditatorial. Mesmo em tempos de ditadura, parte dos políticos e da sociedade se mobilizaram contra o regime. Houve mobilização popular, principalmente, dos estudantes, trabalhadores e artistas. Os estudantes se mobilizaram em associações como a **União Nacional dos Estudantes (UNE)** e insistiam nas reformas de base e foram duramente reprimidos

pelo governo ditatorial.

Em 1968, multiplicaram-se as manifestações e passeatas organizadas por todas as universidades brasileiras, as reivindicações estudantis serviam de pretexto para as manifestações contra o governo. A polícia sempre reagiu com violência para conter as insatisfações.

Em junho de 1968, aconteceu uma grande manifestação popular conhecida como **Passeata dos Cem Mil**, no Rio de Janeiro. Em 1968, aconteceram duas greves bastante agressivas, em Osasco - SP e em Contagem – MG e nas periferias de São Paulo e Belo Horizonte respectivamente. As reivindicações dos trabalhadores misturaram com a oposição ao regime e o governo realizou uma repressão violenta.

Houve resistência ao regime militar por parte do meio artístico. O teatro, o cinema, a música e a literatura fizeram manifestações expressivas contra a ditadura. Alguns opositores do governo também organizaram uma luta armada.

Intensificando o caráter repressor da ditadura, em dezembro de 1968, o presidente Costa e Silva decretou o **AI-5**, considerado o mais violento de todos os atos institucionais até então outorgado.

O **AI-5** previa:

fechamento do legislativo (Senado e Câmara dos Deputados) pelo presidente da República que, no período de recesso poderia legislar em seu lugar;

suspensão dos direitos políticos e garantias constitucionais individuais, incluindo a suspensão do *habeas-corpus*;

intervenção federal em estados e municípios;

possibilidade de o presidente decretar estado de sítio sem autorização do Congresso.

O **AI-5** foi uma medida permanente que foi revogada 11 anos depois. Este período do **AI-5** o Brasil mergulhou em uma ditadura total. Houve um aumento significativo de prisões, perseguições e torturas por questões políticas.

**Habeas-corpus** é um instrumento jurídico com a função de resguardar o indivíduo da ameaça de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, ou seja, resguardar, essencialmente, o direito à liberdade.

**Estado de Sítio** é um instrumento burocrático e político em que o Presidente da República suspende por um período temporário a atuação dos Poderes Legislativo (deputados e senadores) e Judiciário.

Agora vamos realizar algumas atividades...

1 - Como os presidentes governavam após o golpe de 1964, que instaurou a ditadura civil-militar no Brasil?

---

---

---

2 - O que significou a realização de eleições indiretas para presidente do Brasil após 1964?

---

---

---

3 - Como o poder do presidente da República foi fortalecido a partir do AI-1?

---

---

---

4 - O que significa suspensão temporária de estabilidade dos funcionários públicos?

---

---

---

5 - Quais os partidos políticos autorizados pelo AI -2? Quem eles representavam?

---

---

---

6 - Em fevereiro de 1966, foi decretado o **AI – 3** – que estendia as eleições indiretas para os governadores de estado e para prefeitos de municípios considerados de “segurança nacional”, incluindo as capitais de estados. Em Mato Grosso, considerando o espaço do Mato Grosso atual, em quais cidades não havia eleição para prefeito?

---

---

---

7 - Mesmo em tempos de ditadura, parte dos políticos e da sociedade se mobilizou contra o regime. Como foram as formas de mobilização?

---

---

---

8 - Em relação ao AI -5, o que significou:

a. fechamento do legislativo:

---

---

---

b. suspensão dos direitos políticos

---

---

---

### c. intervenção federal em estados e municípios

---

---

Leia o texto a seguir e converse com seus/suas amigos(as) sobre as questões que ele aborda.

A Ditadura Militar foi o período da política brasileira em que os militares governaram o Brasil. Esta época vai de 1964 a 1985. Caracterizou-se pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar. O conjunto de ideias que orientou a ação dos governos ditatoriais brasileiros foi a Doutrina de Segurança Nacional, como forma de integrar as diferentes regiões brasileiras ao desenvolvimento e proteção do território nacional contra as forças consideradas subversivas, a exemplo do comunismo, lançando raios de ação, de controle político sobre todos os pontos do Brasil, conforme orientações da Escola Superior de Guerra, mediante assistência técnica da França e dos Estados Unidos.

(BORGES, 2003, p.14-42 apud MEIRA, 2011, p.1).

10 - Após pesquisar, escreva um parágrafo sobre a Doutrina de Segurança Nacional durante a ditadura civil- militar brasileira.

---

---

Durante o período mais austero da ditadura (1968- 1977), assumiu a presidência da República Emílio Garrastazu **Medici** (1969 – 1974). Foi um período em que a repressão e a tortura atingiram extremos e foi instaurada a censura aos meios de comunicação. Nesta época, foi criada a Operação Bandeirante (Oban), que surgiu em São Paulo em julho de 1969.

A Oban foi criada especificamente para combater o que os militares chamavam de subversão e terrorismo. A esquerda revolucionária vinha promovendo ações armadas na cidade, como vimos, inclusive, assaltos a bancos que eram feitos para financiar a manutenção de seus integrantes que viviam na clandestinidade. Esses assaltos começaram em dezembro de 1967, realizados pela Aliança Libertadora Nacional (ALN), uma das organizações de esquerda revolucionária, e surpreenderam a polícia – que só foi descobrir que aqueles não eram assaltos comuns em novembro de 1968. Banqueiros e empresários exigiram providências e decidiram apoiar, inclusive, financeiramente, a Oban.

A Oban, subordinada ao II Exército, buscou coordenar diversas instâncias, como a Marinha, a Aeronáutica, a Polícia Militar, a Polícia Federal e as forças policiais do Estado, além do próprio Exército. Foi a estrutura da Oban que serviu como modelo para a criação do principal aparato do Sistema de Segurança Interno do País (Sissegin), o sistema do DOI-CODI, uma das siglas mais assustadoras da época por causa das barbaridades que cometeu. Codi significava “Centro de Operações de Defesa Interna” e DOI “Destacamento de Operações de Informações”. Os Codis faziam planejamento, eram dirigidos pelo chefe do Estado-Maior do Exército da área, da polícia civil estadual, da Polícia Federal e da Agência Local do SNI – além do próprio Exército. Os DOIs faziam o “trabalho sujo”, prisões e interrogatórios, durante os quais acontecia a tortura. A opção por um “destacamento” é claramente militar: diferentemente das “companhias”, “batalhões” ou “regimentos”, os destacamentos não possuem uma composição fixa, eram flexíveis. Podiam se adequar às necessidades de cada operação, com grande mobilidade e agilidade. Normalmente eram comandados por um tenente-coronel.

(FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais.** São Paulo: Contexto, 2021. p.71-72.).

Os DOIs tinham como principal forma de ação realizar a prisão e o interrogatório dos militantes de esquerda. Durante a realização do interrogatório, usava-se frequentemente as práticas de tortura para obter informações.

O livro “**Brasil: Nunca Mais**”, publicado pela editora Vozes em 1985, resultado de pesquisa em documentos produzidos pelas próprias autoridades encarregadas do exercício da ditadura no país, traz em sua primeira parte os vários modos e instrumentos de tortura que foram praticados como: o “pau-de-arara”, o choque elétrico, a “pimentinha” e dobradores de tensão, o “afogamento”, a “geladeira”, dentre outros.

O que torna a tortura atraente é o fato de que ela funciona. O preso não quer falar, apanha e fala. É sobre essa simples constatação que se edifica a complexa justificativa da tortura pela funcionalidade. O que há de terrível nela é a verdade. O que há de perverso nessa verdade é o sistema lógico que nela se apoia valendo-se da compreensão, num juízo aparentemente neutro, do conflito entre dois mundos: o do torturador e o de vítima. Tudo se reduz à problemática da confissão. Quem melhor explicitou esse reducionismo, na visão da hierarquia, foi Ernesto Geisel: “Acho que a tortura, em certos casos, torna-se necessária, para obter confissões”. Na visão do torturador, a eficácia chega a surpreender. Um jovem tenente, mal iniciado nas práticas do regime, haveria de reconhecer: “A coisa complicou quando descobri que o método era rápido. Bastava levar para o porão, e pronto”.

(GASPARI, Elio. A ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.37).

No Brasil, o movimento de resistência contra a ditadura civil-militar aconteceu também por meio da luta armada, ou seja, em forma da guerra de guerrilhas. Foram criados três focos guerrilheiros, um na serra do Caparaó, em Minas Gerais, no vale

do Ribeira, em São Paulo; e na região do baixo-Araguaia no Pará.

O primeiro movimento foi derrotado pelas forças governamentais. O segundo foi chefiado pelo capitão **Carlos Lamarca**, ele foi um oficial dissidente do exército e resistiu por mais tempo. O movimento que envolveu mais pessoas com maior durabilidade foi o do Araguaia.

Outra ação, contundente, aconteceu na área rural. A Guerrilha do Araguaia contou com cerca de cem guerrilheiros, inclusive, alguns camponeses, e acabou num massacre. As Forças Armadas deslocaram para a região do Bico do Papagaio, sudoeste do Pará, entre 1972 e 1974, em torno de 4 mil homens e, em outubro de 1973, Brasília emitiu a ordem de não fazer prisioneiros no local. O envio de força militar e policial para regiões onde se supunha existirem bases de treinamento de guerrilha foi uma das características da repressão da área rural. A outra seria o uso da violência mobilizada por proprietários de terras. Com a exceção do estado do Pará, espécie de epicentro dos conflitos fundiários do país e onde a violência foi constante, a repressão ao movimento de trabalhadores rurais mostrou-se desigual ao longo do período histórico da ditadura, formando duas curvas ascendentes: a primeira nos anos imediatamente anteriores e posteriores ao golpe de 1964, e a segunda, iniciada a partir de 1975, atingindo seu pico na primeira metade da década de 1980 – foram registrados por volta de 1100 assassinatos. Estes ocorreram, em sua maior parte, em conflitos de terra e tiveram como protagonistas jagunços, capangas e milícias paramilitares constituídas por proprietários rurais – foram crimes cometidos por grupos de extermínio privados, embora tenham contado com o beneplácito ou com a omissão do Estado brasileiro. Boa parcela desses crimes permanece sem identificação ou sem que a investigação sobre suas circunstâncias tenha obtido informações conclusivas.

(SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. Brasil: uma biografia. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.p.462-3).

A economia no Brasil, durante o governo Medici, esteve atrelada ao advento do chamado “milagre econômico”. Houve um crescimento da economia em um ritmo bastante acelerado. O milagre aconteceu devido à entrada de capital estrangeiro no Brasil, que já vinha acontecendo desde os anos de 1960.

Os capitais externos voltaram ao território nacional, atraídos pela estabilidade econômica realizada pelos governos da ditadura militar, que estavam comprometidos com o combate as políticas de esquerda, pelos esforços para estabilização da economia, pelas baixas taxas de juros praticadas no mercado internacional no início dos anos 1970 e pelo apoio do governo norte-americano ao regime militar. Esse conjunto de ações favoreceu o que denominamos de “milagre econômico”. **Mas, “milagre econômico” para quem?**

Durante a fase do chamado “milagre brasileiro”, o regime militar recorreu amplamente ao endividamento externo, pois havia oferta abundante de recursos nos mercados financeiros internacionais. Esses recursos financiaram o crescimento apenas de maneira complementar e, sobretudo, permitiram o acúmulo de reservas.

O “milagre”, entretanto, durou pouco. A inflação voltaria a crescer a partir de 1973 e a dívida externa acabaria por se tornar um problema: ela passou de US\$4,5 bilhões em 1966 para US\$ 12,6 bilhões em 1973. Doravante, o Brasil teria de desembolsar cada vez mais dólares com o “serviço da dívida” – o pagamento de juros e amortizações.

(FICO, Carlos. História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2021, p.81).

Após, estudos dos textos anteriores, vamos continuar realizando algumas atividades.

11. Para que foi criada a Oban?

---

---

---

---

12. O que significa as seguintes siglas:

ANL - \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Oban - \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Sissegin - \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

DOI - \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

CODI - \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

13. O que faziam os DOIs?

---

---

---

14. Explique esta frase dita pelo presidente Ernesto Geisel:  
“Acho que a tortura, em certos casos, torna-se necessária, para  
obter confissões”

---

---

---

15. Leia o texto sobre a “Guerrilha do Araguaia” e faça a seguir um desenho que possa ilustrá-la.



16. Quem se beneficiou com o “milagre econômico” que aconteceu durante a ditadura militar brasileira?

---

---

---

Durante o tempo em que o Brasil foi governado pelos militares, os órgãos de censura e controle da população brasileira foram muito ativos. Todas as atividades sociais eram controladas, porém, sempre aconteceram resistências.

O governo militar carregava consigo uma proposta de silêncio, e utilizou a censura política como ferramenta de desmobilização e supressão do dissenso. A ideia era aparentemente simples: combinava manejar o controle sobre a produção e a circulação de bens culturais no país com repressão política. Nenhum outro órgão cresceu mais depressa, e a censura passou a atuar com diferentes objetivos: garantir

o controle do fluxo público da informação, da comunicação e da produção de opinião, reprimir o conteúdo simbólico presente na produção cultural, e manipular os mecanismos de memória e interpretação da realidade nacional. A censura oficial e de cunho moralista existia desde a Constituição de 1946, exercida pela Divisão de Censura de Diversões públicas (DCDP). Ao seu lado, os militares instalaram uma espécie de braço articulado à máquina de repressão, orientado para suprimir qualquer tipo de contestação produzida no campo da cultura, do pensamento e das ideias. Filmes eram proibidos ou tinham cenas cortadas; versos de canções eram mutilados ou vetados; peças teatrais acabavam barradas pelas autoridades, por vezes às vésperas da estreia, como aconteceu a Calabar.

(SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. Brasil: uma biografia. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.464).

17. Para conhecermos melhor como estava o Brasil em tempos de Ditadura Militar (1964 – 1985), escolha um dos temas a seguir e faça uma pesquisa, depois apresente-a para seus colegas.

- A. Artes em tempos de Ditadura Militar
- B. A Copa do Mundo de 1970
- C. Grande Crise do Petróleo (1973)
- D. Fim da Ditadura Militar no Brasil.

18. Vamos conhecer como foi a relação dos governos militares com os povos indígenas do Brasil. Assista ao vídeo disponível no Canal ANPUH Brasil, um canal da Associação Nacional dos Professores de História – ANPUH. A ANPUH entrevista apresenta “Violência contra os povos indígenas na Ditadura dos Militares”, realizada pelo professor Valdei Araujo /UFOP com o jornalista Rubens Valente, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GKf46eoO8pc>



## 19. Vamos ler o texto a seguir:

Nada se compara aos crimes cometidos pela ditadura contra as populações indígenas. O mais importante documento de denúncia sobre esses crimes – o Relatório Figueiredo – foi produzido pelo próprio Estado, em 1967, e ficou desaparecido durante 44 anos, sob a alegação oficial de que havia sido destruído num incêndio. O relatório foi encontrado quase intacto, em 2013, com 5 mil páginas e 29 tomos – das 7 mil páginas e trinta tomos que contavam da versão original. Para escrevê-lo o procurador-geral Jader de Figueiredo Correia percorreu com sua equipe mais de 16 mil quilômetros e visitou 130 postos indígenas em todo o país.

O resultado é estarrecedor: matanças de tribos inteiras, torturas e toda sorte de crueldades foram cometidas contra indígenas brasileiros por proprietários de terras e por agentes do Estado. Figueiredo fez um trabalho de apuração notável. Incluiu relatos de dezenas de testemunhas, apresentou centenas de documentos e identificou cada uma das violações que encontrou: assassinatos, prostituição de índias, sevícias, trabalho escravo, apropriação e desvio de recursos do patrimônio indígena. Seu relatório denuncia – e comprova – a existência de caçadas humanas feitas com metralhadoras e dinamite atirada de aviões, inoculações propositais de varíola em populações indígenas isoladas e doações de açúcar misturado a estricnina. Os índios estavam posicionados entre os militares e a realização do projeto estratégico de ocupação do território brasileiro concebido pelo Ipes e pela ESG, e pagaram um preço alto demais por isso.

(SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. Brasil: uma biografia. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.463).

Após leitura do texto, estabeleça sobre ele, um diálogo com seu amigo(a) de turma

## UNIDADE 2 O CAMINHO DA DEMOCRACIA

Em março de 1974, o presidente **Medici** foi substituído pelo general **Ernesto Geisel**, e o principal projeto do governo foi realizar a “abertura política”.

A “abertura política” foi provocada por diversos fatores, o primeiro seria a “limpeza política” realizada com atraso, o regime ditatorial também passava por um processo natural de desgaste e o partido político considerado de oposição, o MDB, acabou vencendo nas eleições de 1974, na maioria das grandes cidades.

A economia do Brasil passava por apuros, existiam altas taxas de inflação encobertas pelos índices oficiais e para agravar a situação ocorreu a primeira **grande crise do petróleo**.

Os militares poderiam entregar o poder, mas não para civis da oposição, desde que a política econômica não perdesse sua associação com o capital estrangeiro e que não houvesse apuração efetiva das violências e excessos contra a vida das pessoas durante os atos de resistência a ditadura.

Em 1978, o presidente Geisel anistiou os exilados políticos que poderiam voltar ao Brasil. Neste período, mesmo com o crescimento da oposição, o MDB, o partido do governo a ARENA, conseguiu controlar o Colégio Eleitoral e elegeram **João Batista de Figueiredo** como presidente da República, o último a governar o Brasil durante a Ditadura.

Durante o governo de Figueiredo, houve um desequilíbrio nas contas externas do Brasil, com a diminuição do fluxo do capital estrangeiro para o Brasil. A inflação escapou do controle, o Brasil vivia uma estagnação econômica com uma inflação alta, houve a segunda crise do petróleo. A desigualdade social aumentou no Brasil, sendo que os ricos (comerciantes e industriais) ficavam com o controle do capital e os pobres (trabalhadores) sem poder de compra, com pouca qualidade de vida.

Os trabalhadores começaram a ficar insatisfeitos com a

Ditadura Militar, o que veio a desencadear uma onda de greves entre 1978 e 1979, organizadas pelos sindicatos de operários dos setores automobilístico e metalúrgico.

Esses movimentos sindicais fizeram surgir lideranças, como a de **Luís Inácio da Silva, o Lula**, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. **Lula** era considerado um hábil negociador e comprometido com os interesses dos trabalhadores de seu sindicato.

A partir de 1979, iniciou-se a organização de novos partidos políticos substituindo a ARENA e o MDB. A ARENA transformou-se em **Partido Democrático Social – PDS** e o MDB passou a ser **Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB**, liderado por Ulysses Guimarães. Com a reforma partidária, também surgiram outros partidos como o **Partido Trabalhista Brasileiro – PTB**, o **Partido Democrático Brasileiro – PDT**, com a liderança de Leonel Brizola e o **Partido dos Trabalhadores – PT**, organizado pelas lideranças sindicais e principalmente por Lula.

A partir de 1983, intensificou-se a campanha pelas **Diretas-Já**, emenda **Dante de Oliveira**, com isso, muitas pessoas foram às ruas pedindo eleições diretas para Presidente do Brasil. Apesar das manifestações, a eleição de 15 de janeiro de 1985 foi indireta, e o **Colégio Eleitoral** escolheu como presidente da República **Tancredo de Almeida Neves**. A eleição de **Tancredo Neves** marca o fim de 21 anos de governo militar no Brasil.

O que não se esperava era a doença e morte de Tancredo Neves. Ele estava mal havia algum tempo, mas entendeu que só deveria buscar tratamento médico após a posse para não colocar em risco a transição. Na véspera da posse, não resistiu, foi internado e passou por uma cirurgia no abdome que detectou um tumor benigno infectado. Brasília estava preparada para uma festa. O país, entretanto, foi surpreendido pela notícia da internação. Durante a madrugada, lideranças políticas discutiam quem deveria assumir: o vice-presidente eleito José Sarney, ou o presidente da Câmara, Ulisses Guimarães? Sarney acabou assumindo – ele que fora o presidente do partido

que sustentava o regime militar até poucos meses antes. Um verdadeiro anticlímax.

(FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Contexto, 2021. p.107)

Durante o governo de José Sarney (1985 – 1990), aconteceram alianças políticas entre o PDS e o PMDB e, em março de 1986, começou a vigorar de surpresa um plano de combate à inflação conhecido como **Plano Cruzado**. O plano pretendia combater a inflação, sem comprometer o crescimento econômico, entretanto, no Brasil existia muita desigualdade econômica e grande parte da população vivia em estado de miséria. Nos primeiros meses, o Plano Cruzado teve êxito, mas logo, por não conseguir diminuir a inflação e manter a produção e consumo dos bens, foi substituído pelo Plano Cruzado II.

Os preços das mercadorias e serviços que estavam congelados durante nove meses dispararam e a inflação escapou de qualquer controle. O governo Sarney tentou reajustar a economia com outros planos econômicos como Bresser (1987) e Verão (1989), mas todos não deram bons resultados para economia do país. Nesta efervescência econômica e política é que foi fundado o **Partido da Social-Democracia Brasileira – PSDB**, tendo como um dos líderes **Fernando Henrique Cardoso** integrante histórico do PMDB.

Uma das questões centrais do governo Sarney foi a Convocação para a **Assembleia Constituinte**, que foi eleita em 1986 para elaborar a **Constituição** brasileira, promulgada em outubro de 1988.

A Assembleia Constituinte instalou-se em 1º de fevereiro de 1987, e a Constituição foi promulgada no ano seguinte, em 5 de outubro de 1988. O novo texto constitucional tinha a missão de encerrar a ditadura, o compromisso de assentar as bases para a afirmação da democracia no país, e uma

dupla preocupação: criar instituições democráticas sólidas o bastante para suportar crises políticas e estabelecer garantias para o reconhecimento e o exercício dos direitos das liberdades dos brasileiros – não por acaso, foi batizada de “Constituição Cidadã”. É a mais extensa Constituição Brasileira – tem 250 artigos principais, mais 98 artigos das disposições transitórias – e está em vigor até hoje. Além do próprio Ulysses Guimarães, sua redação pôs em cena um elenco notável de parlamentares: Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, José Serra, Lula, Mário Cóvas, Plínio de Arruda Sampaio. Também é a única que foi escrita no decorrer do mais democrático debate constitucional da história do país.

(SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. Brasil: uma biografia. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.488)

Com o final do governo Sarney, seriam realizadas as primeiras eleições diretas para a presidência da República, desde 1960. Luís Inácio Lula da Silva, do PT e Leonel Brizola, do PDT representavam a esquerda brasileira, surgindo como potencial vitória o que ameaçava as forças conservadoras do país.

Surgiu também a candidatura de Fernando Collor de Mello, governador de Alagoas e ex-integrante do PDS e do PMDB. Ele contava com o apoio dos setores conservadores que temiam a possibilidade de um governo de esquerda que pudesse proteger seus interesses. Collor, do **Partido de Reconstrução Nacional – PRN** denunciava a corrupção, apresentando-se como “caçador de marajás” que usavam o dinheiro público para seu próprio benefício. Collor, com o apoio dos empresários conservadores e da imprensa nacional, venceu as eleições contra Lula.

Collor ganhou a eleição com 50% dos votos, contra 44% de Lula. Tomou posse mandou a nova ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, anunciar a imprensa um plano para enfrentar a voragem da inflação: o Plano Brasil Novo, que terminou conhecido como Plano Collor. O plano se revelaria frágil. Tinha

um forte componente voluntarista, e o pacote de reformas anunciadas pelo governo – fiscal, bancária, patrimonial – não poderia ser feito por decreto. A pior notícia ela guardou para o final da sua exposição. Estava bloqueada, nos bancos, parte do dinheiro das contas-correntes, das aplicações financeiras e das cadernetas de poupança. Essa quantia seria devolvida depois de dezoito meses, assim mesmo em doze prestações, o que significava que iria ocorrer uma redução real no valor do dinheiro – vinte anos depois, 890 mil ações individuais e 1030 ações coletivas de poupadores ainda tramitam na justiça. [...]

A vida virou de pernas para o ar. Ninguém podia comprar, o consumo caiu e milhares de trabalhadores ficaram desempregados. Empresas quebraram, país perdeu a capacidade de poupar, e a população compreendeu que ia precisar de sorte para enfrentar os meses seguintes: cancelou projetos pessoais, negociou a saúde em longas prestações e avaliou que seria difícil quitar suas dívidas ou saldar o carnê de mensalidades. Mas, surpreendentemente, a sociedade brasileira aceitou o confisco. Seja porque estava exausta das consequências da hiperinflação, seja porque Collor, com legitimidade de quem acaba de ser eleito pelo voto popular, afirmava não existir alternativa, por algum tempo o **Brasil** acreditou quando ele dizia que aquela era a única medida possível para derrotar a inflação. Era “vencer ou vencer”, declarou o presidente.

(SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. Brasil: uma biografia. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.493).

O Plano Collor não conseguiu conter a inflação e nem diminuir as desigualdades sociais do Brasil, o governo tinha descaso com o dinheiro público, concedia benefícios para grupos privados e o próprio presidente da República se beneficiava. Collor perdeu. O povo foi às ruas pedir o **impeachment** do presidente.

Em 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados decidiu pelo afastamento do presidente Fernando Collor de Mello por 441

votos contra 38. Desta forma, o vice-presidente Itamar Franco assumia a presidência da República.

**Itamar Franco** (1992 – 1995) foi responsável pela implantação do Plano Real, cuja liderança econômica era de Fernando Henrique Cardoso, como tentativa para combater a inflação. A nova moeda era a última etapa de um grande programa para a estabilização da economia.

O plano Real teve aspectos positivos como queda da inflação, no entanto, como aspecto negativo ocorreu falências de empresas e desemprego. Devido ao sucesso do Plano Real, **Fernando Henrique Cardoso** foi eleito presidente do Brasil em 1995, permanecendo até 2003.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Congresso Nacional aprovou a emenda constitucional instituindo o direito a reeleição de prefeitos, de governadores e do presidente da República, FHC se candidataria e seria reeleito para o novo mandato em 1998, mais uma vez derrotando Lula. Acusações de compra de votos surgiram, mas nunca foram efetivamente investigadas, manchando, desse modo, a impecável biografia do respeitado sociólogo. Lula enfrentaria problemas assemelhados.

(FICO, Carlos. História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2021.p.131).

Em 2003, depois de perder as eleições por três vezes consecutivas, assume a presidência da República um presidente de origem humilde, nordestino, operário ligado ao movimento sindical, Luís Inácio **Lula** da Silva (2003 – 2011).

[...] o sucesso de Lula foi avassalador, pois se beneficiou da estabilidade do Plano Real e de conjuntura internacional relativamente favorável – marcada pela forte expansão da economia global com o aumento do comércio, em grande

medida, graças à atuação da China no mercado mundial. Seu inegável carisma e a fase de relativa prosperidade (entre 2003 e 2008, o PIB cresceu taxas modestas, mas cresceu; ademais o número de trabalhadores com carteira assinada, isto é, o número de empregos formais, também cresceu significativamente) o tornaram um dos líderes mais populares da história republicana do Brasil, comparável à Vargas. A simplicidade de seu discurso – que frequentemente resvalou para a simplificação dos problemas – o tornou compreensível para todos os brasileiros, sobretudo os mais pobres.

(FICO, Carlos. História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2021.p.133).

Em 2011, até agosto de 2016, assume a presidência da República a primeira mulher brasileira Dilma Rousseff, mas deixou o poder antes de encerramento do seu mandato devido a um processo de impeachment, considerado por muitos como um golpe na democracia. O seu substituto foi o vice-presidente Michel Temer (2016 – 2019), quando foi eleito o atual presidente da República Jair Bolsonaro.

### **Vamos começar as atividades deste capítulo:**

1. O que provocou a abertura política do Brasil durante a ditadura militar?

---

---

---

2. Como estava a economia do Brasil durante o governo Geisel?

---

---

---

3. O que significa e expressão: “exílio político”?

---

---

---

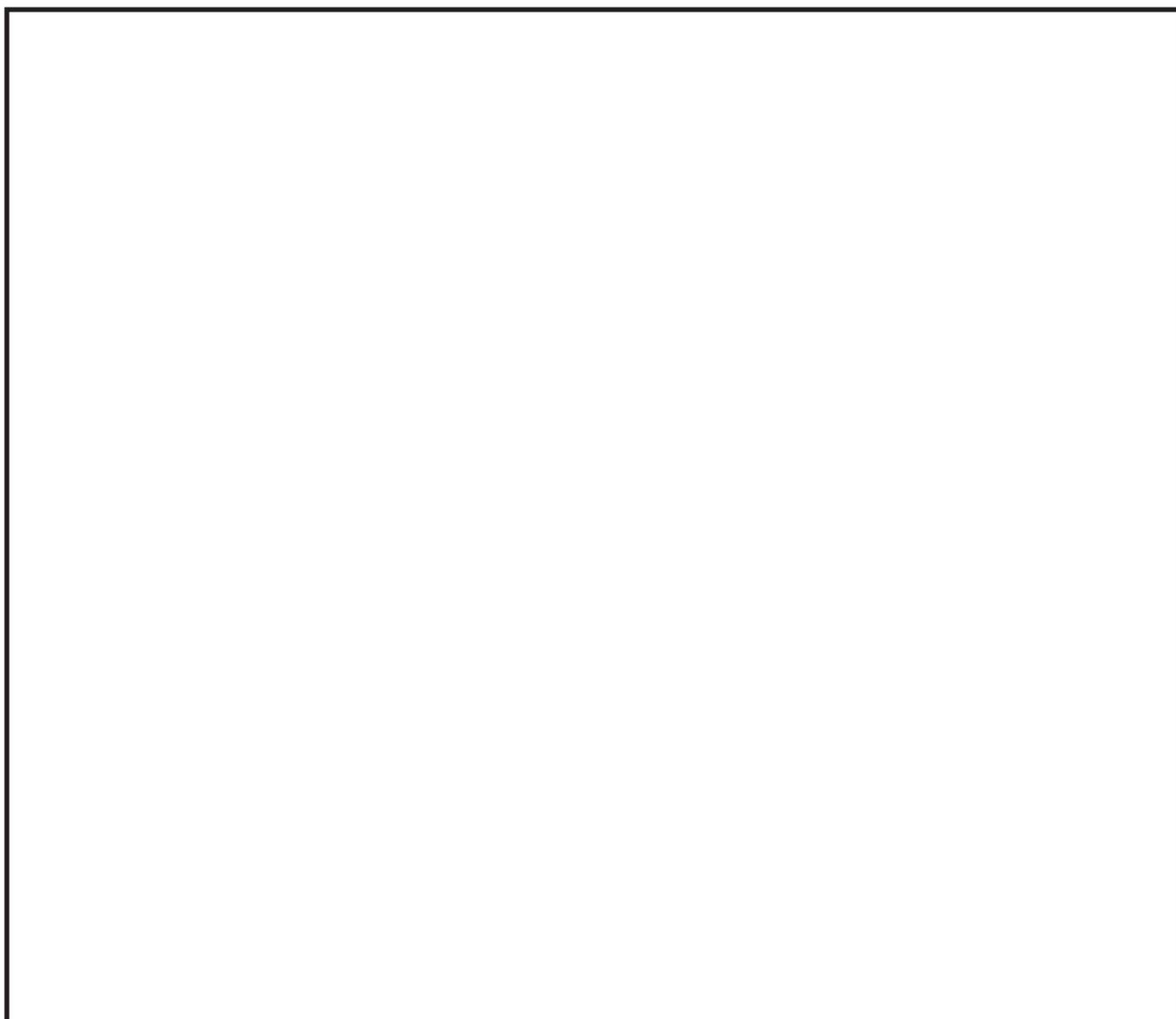
4. O que foi a anistia política durante a ditadura militar?

---

---

---

5. Elabore uma ilustração no quadro a seguir que possa representar o Brasil durante os primeiros anos do governo Figueiredo.



6. Como Lula começou o seu movimento político?

---

---

---

---

7. Quais partidos políticos foram organizados, a partir de 1979 até as eleições de 1985?

---

---

---

---

8. O que foi a Campanha das Diretas-Já?

---

---

---

---

9. Escreva sobre a economia brasileira durante o governo de José Sarney.

---

---

---

---

---

10. O que é uma Assembleia Constituinte?

---

---

---

---

11. Quais as características da Constituição Brasileira de 1988?

---

---

---

---

12. Como ficou a vida do povo brasileiro durante o Plano Collor?

---

---

---

---

13. Qual o significado para o povo brasileiro do Programa Bolsa Família incorporado por Lula?

---

---

---

---

14. Faça uma pesquisa na internet sobre os principais aspectos do governo Dilma Rousseff.

---

---

---

---

15. Pesquise nos principais jornais impressos do Brasil como o presidente Bolsonaro tem lidado com a pandemia do Corona Vírus?

---

---

---

---



### UNIDADE 3

## QUESTÕES INDÍGENAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Vamos compreender como as questões indígenas foram tratadas pelos governos brasileiros, a partir do golpe militar ocorrido em 1964 até o tempo presente.

Uma das principais obras da Ditadura foi a construção da Transamazônica, rodovia que cortou inúmeros territórios indígenas. A pressa e a pressão em executar as obras foram enormes, e os nativos eram vistos como um entrave ao “progresso do Brasil”. A Funai foi dotada de muitos recursos e recebeu uma ordem clara dos militares: “pacificar” rapidamente os índios cujos territórios precisassem ser cortados pela rodovia. Era uma política indigenista bem diferente daquela defendida pelos irmãos Villas-Boas. Para a ditadura Civil-Militar, grupos indígenas deveriam ser rapidamente integrados, como força de trabalho de reserva ou como produtores de bens, nas economias em expansão regional ou rural.

Assim, nos anos 1970 e 1980, vários grupos indígenas que viviam autonomamente na floresta foram submetidos à administração do Estado brasileiro, sendo deslocados / aldeados em torno de postos da FUNAI, enquanto suas terras eram ocupadas pela estrada e projetos de colonização conexos. Sem terra, os nativos dependiam quase que exclusivamente da ajuda do governo. O contato com os não índios trouxe doenças, alcoolismo, prostituição, morte e destruição das culturas e do modo de ser dos nativos.

Ao lado dos grandes projetos do governo, vieram os garimpos, as madeireiras e as fazendas, que iam fechando o cerco sobre os grupos indígenas ainda autônomos. Os grandes projetos de desenvolvimento da Amazônia dos anos de 1970 trouxeram a destruição de milhares de quilômetros da floresta e a morte de milhares de indígenas – e não garantiram o

desenvolvimento sustentável do Norte brasileiro. Não é à toa que a Transamazônica hoje é uma vereda perdida no meio da mata.

(FARIAS, José Airton de. *Índigenas no Brasil e povos da África: breves histórias*. 2.ed. Fortaleza: Sistema Ari de Sá de Ensino, 2017. p.28).

### **Vamos começar algumas atividades desta unidade...**

1. A história do seu povo é marcada pela integração de pessoas como força de trabalho em propriedades privadas?

---

---

---

2. Seu povo tem vivido historicamente problemas com madeireiros, fazendeiros ou garimpeiros? Relate-os.

---

---

---

Em 1967, foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em substituição ao SPI. Dois anos depois, a Constituição outorgada pelos militares considerou as terras indígenas de domínio da União Federal, cabendo aos povos indígenas apenas seu usufruto.

A meta da política indigenista do Estado brasileiro nessa época era “integrar o índio à comunhão nacional”, ou seja, transformar os índios em civilizados. Cabia a Funai acelerar essa integração, com projetos de desenvolvimento que orientassem para o mercado de consumo a economia interna das aldeias.

VALADÃO, Virgínia. Terra e território. In: *Índios no Brasil 2*. Secretaria de Educação a Distância. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC; SEED: SEF, 2001. (Cadernos da TV Escola). p.88)

Durante a ditadura civil-militar, em 1973, o Congresso Nacional aprovou a Lei 6.001 - Estatuto do Índio, regulamentando os tópicos da Constituição relativos aos povos indígenas.

Em tempos recentes, o próprio governo procurou mais de uma vez fazer com que os índios deixassem de ser índios, por decreto. Em 1978, o governo militar propôs um decreto de regulamentação da emancipação dos índios.

Dois anos depois, o presidente da FUNAI queria modificar o Estatuto do Índio (Lei 6.001), com a mesma finalidade. Por trás dessas duas iniciativas, as intenções eram claras: eliminar alguns índios e, com isso, o direito histórico que eles possuem sobre suas terras.

Longe de ser um privilégio, a posição especial que os índios ocupam na sociedade brasileira é um direito. Trata-se de um direito histórico sobre esta terra da qual, afinal, eles eram senhores, muito antes de se constituir o Estado brasileiro.

[...]

Durante todo o ano de 1988, o movimento indígena e o movimento de apoio aos índios se articularam para conduzir as iniciativas referentes aos direitos indígenas na futura Constituição do país. Além de participar das discussões de temas correlatos, assessoraram os parlamentares na elaboração de propostas e emendas constitucionais em favor dos índios.

Este movimento contribuiu muito para garantir a consagração dos direitos indígenas e para barrar as ações de grupos contrários, interessados na exploração dos recursos naturais dos territórios ocupados pelos índios.

(GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Os índios e a cidadania. **Índios do Brasil** 3. Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância. Brasília: MEC: SEED: 1999, p.32-33).

3. Converse com seus “parentes” sobre a importância da participação

coletiva em favor das causas comuns indígenas. Registre as conclusões a seguir.

---

---

---

---

Em relação à situação histórica jurídica contemporânea dos povos indígenas no Brasil, devemos compreender que as leis foram feitas pelos não indígenas e essas leis definem os direitos dos povos originários na sociedade brasileira. Há leis gerais, como a Constituição de 1988 e há leis específicas, como a que se chama “Estatuto do Índio”.

Os direitos básicos assegurados aos índios pela Constituição em vigência são os seguintes:

1. Os mesmos direitos básicos de todo cidadão brasileiro;
2. Proteção especial por parte do Estado, dada a natureza específica de suas sociedades e culturas;
3. Direito a posse e usufruto das terras que ocupam enquanto comunidades indígenas.

De acordo com o Código Civil, os índios são “relativamente capazes”. Isto quer dizer que eles têm o direito a um acompanhamento especial por parte do Estado. Esse acompanhamento deve acontecer principalmente nas situações, nos atos e nos momentos de tomada de decisões que podem envolver algum tipo de risco para os índios. Essa é uma medida de proteção, já que o universo das culturas indígenas é tão diverso da sociedade nacional.

Assim como os não-indígenas não compreendem, de imediato, a cultura indígena, também os povos indígenas têm problemas para decifrar os códigos e as regras da cultura não-indígena, porém como os povos indígenas vivem em contato

com a ela, têm o direito de poderem se defender, de não serem enganados ou prejudicados, de terem acesso a todas as informações importantes com relação a alguma decisão que tenham que tomar.

(SILVA, Aracy Lopes da Silva. Índios. São Paulo: Ática, 1988. Série Princípios. p.34-35- Adaptado).

4. Quais as principais dificuldades que você encontra em relação ao seu convívio com a sociedade não indígena?

---

---

---

---

5. Como você avalia o trabalho realizado pela FUNAI em relação ao seu povo? Justifique.

---

---

---

---

A Constituição de 1988 contém as seguintes referências aos direitos indígenas:

**Art. 20. São bens da União**

[...]

XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

[...]

XIV – populações indígenas

[...]

Agora continue você, completando os incisos e parágrafos

necessários, após pesquisa na Constituição Federal de 1988.

**Art. 49 – É de competência exclusiva do Congresso Nacional:**

[...]

XVI. \_\_\_\_\_

---

---

---

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

[...]

XI. \_\_\_\_\_

---

---

---

[...]

Art.129. São funções institucionais do Ministério Público

[...]

V. \_\_\_\_\_

---

---

---

**Art.176. As jazidas, em lavras ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.**

§ 1º \_\_\_\_\_

---

---

---

[...]

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos e regionais.

[...]

§2º \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

[...]

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Art. 231. São reconhecidas aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

§ 2º \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

§3º \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

§4º \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

§5º \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

§6º \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

§ 7º \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

[...]

**Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.**

Após realização dessa atividade sobre os direitos indígenas na Constituição da República, converse com seus parentes sobre pontos que considera relevantes.

Em síntese, podemos analisar as questões indígenas no Brasil na atualidade tendo como referência os textos a seguir.

Hoje na Amazônia estão cerca de 60% dos índios existentes no Brasil. É uma área cobiçada por latifundiários, mineradores, garimpeiros e mesmo pelos pobres do país, em virtude da concentração de terras que marcou nossa história. A Amazônia, desta forma, é a “fronteira final” para muitos. Não é coincidência que, nas últimas décadas, grandes empresas nacionais e multinacionais estejam comprando terras na região. Também temos a ocupação por pequenos posseiros que fazem atividades extrativas e de subsistência, e por grileiros, os quais não raras vezes expulsam/assassinam camponeses e índios e registram em cartório a posse das terras. A tensão social e a luta por terra são enormes na Região Norte do Brasil.

(FARIAS, José Airton de. Indígenas no Brasil e povos da África: breves histórias. 2.ed. Fortaleza: Sistema Ari de Sá de Ensino, 2017. p.28)

1.O que significa dizer que a Amazônia é a “fronteira final” para muitos?

---

---

---

---

2. Qual a diferença entre posseiro e grileiro?

---

---

---

---

3. Quais as tensões sociais que existem na Amazônia?

---

---

---

Desse processo todo, os índios também são parte e buscam organizar-se para defender seus direitos. Comumente essas lideranças são profundamente ridicularizadas pelos setores dominantes da sociedade brasileira. É comum encontrarmos em órgãos da imprensa brasileira manifestações racistas e equivocadas sobre a questão indígena. Afora o secular preconceito do qual são vítimas os negros, índios e pobres, os círculos do poder continuam ambicionando tomar posse das poucas terras indígenas remanescentes e explorar a mão de obra nativa.

[...]

Não obstante, a falta de maiores recursos oficiais, a integração cada vez mais comum do índio à sociedade nacional e os conflitos raciais e sociais do país têm colocado em risco a concretização das propostas políticas e dos direitos indígenas garantidos na Constituição.

Segundo a FUNAI, o Brasil tem, atualmente, cerca de 700 terras indígenas, que abrigam mais de 220 povos, com um total de aproximadamente 800 mil pessoas. Essas terras representam 13% do território nacional, ou 109,6 milhões de hectares. Os povos indígenas estão espalhados em praticamente todo o território nacional, sendo a Região Norte a que possui o maior número, em especial o estado do Amazonas – 17% do total. Algumas tribos (aproximadamente 55) são isoladas, não havendo muitas informações sobre elas.

(FARIAS, José Airton de. *Índigenas no Brasil e povos da África: breves histórias*. 2.ed. Fortaleza: Sistema Ari de Sá de Ensino, 2017. p.28).

1. Como seu povo tem se organizado nos últimos anos para a defesa dos interesses dos povos indígenas?

---

---

---



**PARA SABER MAIS, PODEMOS VER OS SEGUINTE DOCUMENTÁRIOS:**

Violência contra povos indígenas na Ditadura dos Militares – (Rubens Valente) <https://www.youtube.com/watch?v=GKf46eoO8pc>

O Dia que Durou 21 Anos - Documentário Completo <https://www.youtube.com/watch?v=ltawl64zBEo>

Povos indígenas se reúnem em Mato Grosso em encontro convocado pelo cacique Raoni [https://www.youtube.com/watch?v=\\_izOa-ug\\_Po](https://www.youtube.com/watch?v=_izOa-ug_Po)

Falas da Terra - Documentário sobre a cultura indígena no Brasil <https://www.youtube.com/watch?v=repPmoz8ozQ>

## REFERÊNCIAS

FARIAS, José Airton de. **Indígenas no Brasil e povos da África: breves histórias**. 2.ed. Fortaleza: Sistema Ari de Sá de Ensino, 2017.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Contexto, 2021.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Os índios e a cidadania. **Índios do Brasil 3**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, Brasília: MEC: SEED: 1999.

MEIRA, Leonice Maria. **Um estudo sobre os reflexos das ações da ditadura militar através do jornal o Estado de Mato Grosso (1964-1974)**. 2011. 152f. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Aracy Lopes da Silva. **Índios**. São Paulo: Ática, 1988. Série Princípios.

VALADÃO, Virgínia. Terra e território. **Índios do Brasil 2**. Secretaria de Educação a Distância, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC: SEED: SEF, 2001.

## BIOGRAFIA DO AUTOR



**Carlos Edinei de Oliveira** é graduado e mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Professor adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT; Professor e pesquisador nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Licenciatura Intercultural Indígena e dos Programas de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória e do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Contexto Indígena Intercultural. É membro do comitê gestor da Rede de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação das Regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil e América Latina – Reconal-Edu. Membro, também, do Núcleo de Estudos de Educação e Diversidade.



# UNEMAT

*Universidade do Estado de Mato Grosso*  
*Carlos Alberto Reyes Maldonado*

